

§ 4º O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

Art. 47 - À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade;

II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e

III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

### Seção VIII Do Salário-Família

Art. 48 - Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 560,81 (Quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

**Parágrafo único:** O valor limite referido no caput será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. O valor do salário-família é de R\$ 13,48 (Treze reais e quarenta e oito centavos).

Art. 49 - Quando pai e mãe forem segurados do FABS, ambos terão direito ao salário-família.

Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono.

**Parágrafo único:** legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 50 - O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

Art. 51 - O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

### Seção IX Da Pensão por Morte

Art. 52 - A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, quando do seu falecimento.

§ 1º Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 53 - A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito;

II - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 54 - O valor da pensão por morte será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento.

Art. 55 - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 2º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 3º Serão revertidos em favor dos dependentes e rateados entre eles a parte do benefício daqueles cujo direito à pensão se extinguir.

§ 4º O pensionista de que trata o § 1º do art. 52 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do FABS o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

Art. 56 - A cota da pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar vinte e um anos, salvo, se inválido, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III - pela cessação da invalidez.

**Parágrafo único:** Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 57 - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o art. 63.

Art. 58 - Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 59 - Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do FABS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Art. 60 - A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência.

**Parágrafo único:** A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

## Seção X Do Auxílio-Reclusão

Art. 61 - O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 560,81 (Quinhentos e sessenta reais, oitenta e um centavos) e que não perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento do subsídio ou da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao FABS pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte, libertado, extingue-se o benefício.

§ 9º - O auxílio não será devido quando tratar-se de detento que possua meios de subsistência.

## CAPÍTULO VI Do Abono Anual

Art. 62 - O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou auxílio-doença pagos pelo FABS.

**Parágrafo único.** A abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo FABS, em que cada mês corresponderá a um doze avo, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

## CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais sobre os Benefícios

Art. 63 - Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo FABS, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 64 - O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 65 - Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

- I - ausência, na forma da lei civil;
- II - moléstia contagiosa; ou
- III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 66 - Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I - a contribuição prevista no inciso II do art. 12;
- II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;
- III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- IV - o imposto de renda retido na fonte;
- V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e
- VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 67 - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração ou subsídio dos segurados em atividade, sendo também estendidos aos segurados aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos segurados em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

**Parágrafo único.** Para efeitos deste artigo, sob pena de responsabilidade, qualquer modificação na remuneração e nos subsídios dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreiras respectivos, para sua eficácia, deverá ser precedida de estudo atuarial para a necessária compatibilização das modificações com os respectivos planos de custeio.

Art. 68 - Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e na hipótese dos arts. 48 a 51, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 69 - Na hipótese do inciso II do art. 4º, o servidor mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, até doze meses após a cessação das contribuições.

**Parágrafo único.** O prazo a que se refere o *caput* será prorrogado por mais doze meses, caso o servidor tenha tempo de contribuição igual ou superior a cento e vinte meses.

Art. 70 - Concedida a aposentadoria ou pensão será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

**Parágrafo único.** Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas jurídicas pertinentes.

Art. 71 - Fica vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, estado, Distrito Federal ou outro município.

## CAPÍTULO VIII Do Registro Contábil

Art. 72 - O FABS observará normas de contabilidade, fixadas pelo órgão competente da União.

Art. 73 - O FABS publicará na imprensa oficial, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias e acumulada do exercício em curso, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento.

**Parágrafo único.** O demonstrativo mencionado no *caput* será, no mesmo

56 0551051-1945 2005

RUA S. JOVADINHO, 57 - CEP 98530-000  
BARRA DO GUARITA - RS

Fls. 001256
Rub. 9

Art. 74 - Será mantido registro contábil individualizado para cada segurado que conterá:

- I - nome;
- II - matrícula;
- III - remuneração ou subsídio; e

IV - valores das contribuições previdenciárias mensais e das acumuladas nos meses anteriores do segurado e do Município, suas autarquias e fundações;

**Parágrafo único.** Ao segurado será enviado, anualmente, ou disponibilizado por meio eletrônico, extrato previdenciário contendo as informações previstas neste artigo.

## TÍTULO II Das Regras de Transição

Art. 75 - Ao segurado que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação pelas regras estabelecidas neste artigo.

§ 1º Será garantido o direito à aposentadoria, com proventos integrais ao segurado que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II - 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e

IV - um período adicional de contribuição, equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante no inciso anterior.

§ 2º Será garantido o direito à aposentadoria, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao segurado que, nas condições previstas no *caput* preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II - 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e

IV - um período adicional de contribuição equivalente a 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante no inciso anterior.

§ 3º Os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor máximo que o segurado poderia obter de acordo com o § 1º, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso IV do parágrafo anterior, até o limite de cem por cento.

§ 4º Na aplicação do disposto no § 1º, o segurado professor, de qualquer nível de ensino, que, até 16 de dezembro de 1998, tiver ingressado, por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo de magistério e que optar por se aposentar terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que venha a se aposentar exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério, nos termos do § 2º do art. 36.

26.10.1995/1995.1945.2005

RUA SUBADINHO, 05 - CEP 98530-000  
BAHIA DO GUARITA - RS

TRF 16 - JUNTAL  
SIC - 1655M

Rs. 001257

Art. 76 - O segurado que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecida no § 1º do art. 75, permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar a exigência para aposentadoria prevista no art. 35.

Art. 77 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até 16 de dezembro de 1998, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 2º São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes em 16 de dezembro de 1998 aos beneficiários do FABS, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 78 - O segurado que, até 16 de dezembro de 1998, tenha cumprido os requisitos para obtenção de aposentadoria integral, com base nos critérios da legislação então vigente, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a isenção da contribuição previdenciária até completar a exigência para aposentadoria prevista no art. 35.

Art. 79 - A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 80 - O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.

### TÍTULO III

#### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 81 - O Poder Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do FABS relação nominal dos segurados e seus dependentes, com os respectivos subsídios, remunerações e valores de contribuição.

Art. 82 - Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 83 - Fica o FABS autorizado a efetivar a retenção das contribuições previstas nesta Lei junto à conta corrente nas instituições bancárias, de parte a que faz jus o Município e os Servidores, descontadas por ocasião dos repasses da cota parte do ICMS e/ou da cota parte do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, até a satisfação dos percentuais da folha de pagamentos, sempre até o quinto dia do mês seguinte ao de referência.

Art. 84 - A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto Executivo Municipal.

Art. 85 - Somente no ano de 2003, o décimo terceiro salário não terá contribuição previdenciária.

26/11/2003 19:45:2005

RUA S. JERONIMO, 05 - CEP 98530-000  
BARRA DO GUARITA - RS

TRIS. FIS. 17. CONTAS  
SICOMESM

Fis. 001258

Art. 86 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao art. 13, a partir do primeiro dia do mês de novembro de 2003.

Art. 87 - Ficam revogadas as seguintes leis municipais:

Lei Municipal Nº 32 de 03/08/1994 - Cria Autarquia

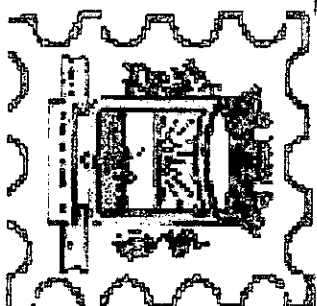
Lei Municipal Nº 16 de 15/12/1997 - Altera Alíquotas

Lei Municipal Nº 382 de 30/01/2001 - Altera Alíquotas

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Guarita, 17 de novembro de 2003.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

  
JOSEMAR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal



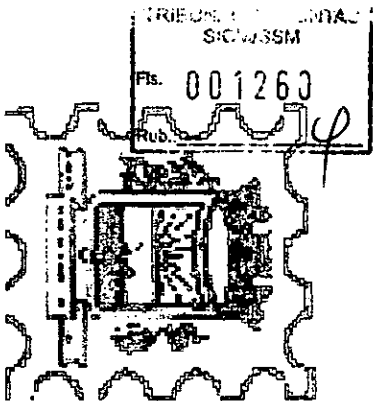
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

**SETOR DE TRIBUTAÇÃO**

Código: IRRF

CONTRIBUINTE	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL R\$
<p><b>RC PESQUISA DE OPINIÃO</b></p> <p>Recebi em 23 de 08 de 2010</p> <p><i>Juliano</i></p> <p><b>Zalmeu de O. Brand</b> Tesoreroira Port. Nº 092/94 CPF 569 539 170 - 91</p> <p><b>Quituação</b></p>	<p>Ref. Pgio de Imposto de Renda, relativo ao empenho nº 419/09, nota fiscal nº 019, não retido, conforme apontamento do TCE .....</p> <p>1ª Via - Contribuinte 2ª Via - Caixa 3ª Via - Contabilidade</p> <p>RECEBIDO</p>	<p>45,00</p> <p>Multa</p> <p>Total R\$ 45,00</p>



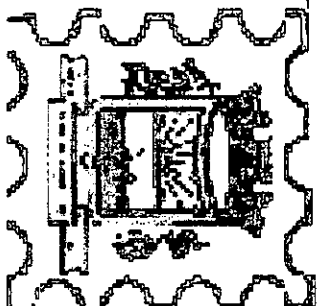


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITÁ  
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

Código: IRRF

CONTRIBUINTE	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL R\$
CLINICA RCS S/C LTDA - SERVIÇOS MÉDICOS Tenente Portela/RS	Ref. Pgto de Imposto de Renda, relativo ao empenho nº 663/09, nota fiscal nº 939, não retido, conforme apontamento do TCE .....	15,83
Recebi em 23 de 08 de 2010	1ª Via - Contribuinte	
	2ª Via - Caixa	
	3ª Via - Contabilidade	
<i>Alta de</i> Tesoureiro Zelmaide G. O. Brand	<div>PREF. MUN. IPAL BARRA DO GUARITÁ RECEBIDO</div>	<div>Multa</div> <div>Total R\$</div>

Port. Nº 092/94  
CPF 569 539 170 - 91  
Quitação



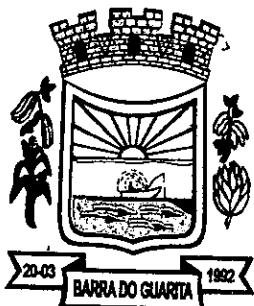
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

**SETOR DE TRIBUTAÇÃO**

Código: IRRF

CONTRIBUINTE	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL R\$
<b>BORGES &amp; MATIUZZI</b> <b>TENENTE PORTELA/RS</b>	Ref. Pgto de Imposto de Renda, relativo ao empenho nº 184/09, nota fiscal nº 1055, não retido, conforme apontamento do TCE .....	73,80
Recebi em 23 de 08 de 2010	1ª Via - Contribuinte	
<i>Zulaide</i> Tesoureiro	Caixa Contabilidade	Multa
<b>Zulaide G. O. Brand</b> Tesoureira Port. Nº 092/94 CPF 569 539 170 - 91 Quitação	<b>RECEBIDÃO</b>	Total R\$ 73,80

604,48  
254,48  
350,00  
11,02



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL de  
**Barra do Guarita**

TRIBUNAL JUDICIAL  
SICOMISSM  
Fls. 001262

**LEI MUNICIPAL Nº 923/2009, de 10 de dezembro de 2009.**

**ESTABELECE NORMAS PARA A  
ARRECAÇÃO DE IPTU, ITIVBI, ISSQN  
FIXO E TAXAS DIVERSAS PARA O  
EXERCÍCIO DO ANO 2010 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**CESAR TADEU PAIER**, Prefeito Municipal de Barra do Guarita, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, **faz saber** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a cobrança e a arrecadação dos tributos municipais relativas ao exercício de 2010, compreendidos pelo IPTU, ITIVBI, ISSQN FIXO e todas as Taxas constantes da Lei Municipal Nº 043/97, suas alterações, Legislação correlata, e em conformidade com os valores e índices constantes dos anexos desta Lei, que são partes integrantes e constituem o todo ÚNICO e perfeito.

Art. 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano, será arrecadado em cada exercício, no mês de competência, com reajuste pelos índices inflacionários a partir da última majoração, com vigência em 2010.

Art. 3º - É instituído o mês de abril como mês de competência para efeitos do disposto nesta Lei (anexo I).

Art. 4º - A arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano processar-se-á da seguinte forma:

- a) - quando pago dentro do prazo de vencimento impresso no carnê, em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), sobre o valor lançado.
- b) - quando o pagamento for parcelado, pelo valor do lançamento, dividido em três parcelas iguais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** o vencimento da 1ª parcela será no mês de abril, da 2ª parcela no mês de maio e da terceira parcela será no mês de junho do exercício. (10% de desconto em cada parcelas, se pago dentro do prazo de vencimento).

Art. 5º - Os valores não recolhidos nos prazos previstos, serão corrigidos com base na URM (Unidade de Referência Municipal), acrescidos de multa e juros de mora, de acordo com o Art. 116, Parágrafo 2º - I ao V, do Código Tributário Municipal.

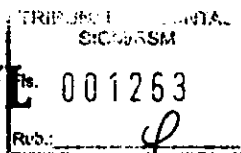
Art. 6º - ITIVBI, imposto de competência municipal conforme Art. 156, inciso II, da Constituição Federal, será arrecadado quando a ocorrência do fato, sendo a tabela ( ANEXO I ).



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL de

# Barra do Guarita



I – Será nomeada por Decreto Executivo, uma comissão para fiscalização e vistoria da cobrança do ITVBI.

Art. 7º - O ISSQN FIXO será arrecadado mensalmente.

Art. 8º - A Taxa de Vistoria, será arrecadada anualmente, as vistorias serão realizadas uma (01) vez por ano.

Art. 9º - A TAXA DE LOCALIZAÇÃO OU EXERCÍCIO DE ATIVIDADE (ALVARÁ) será arrecadada por ocasião da inscrição.

Art. 10º - A contribuição de Melhoria será arrecadada mensalmente.

Art. 11º - Fica estabelecida que os valores dos débitos de natureza tributária ou quaisquer outros, vencidos e exigíveis, inscrito ou não em dívida ativa, serão corrigidos monetariamente, considerando-se o índice de variação da URM, que será corrigido pelo indexador TR, sem prejuízo da multa e juros de mora.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A multa de que trata o artigo anterior fica estipulada no seguinte valor e forma:

1 - 2% se pago após o vencimento;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O juro será aplicado com a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor do débito.

Art. 12º - Fica estabelecido em 96(noventa e seis) URM's o valor de referência para o exercício de 2010.

Art. 13º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA, DEZ DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2009.

  
**CESAR TADEU PAIER**  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

Planilhas de valores venais de terrenos padrão, do m<sup>2</sup> de área construída e do m<sup>2</sup> de área corrigida, para cálculo de cobranças de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de acordo com a divisão da cidade em zona e setores conforme ANEXO I; valores para a cobrança de (ITIVBI) Imposto de Transmissão de Inter Vivos de Bens Imóveis, para o exercício de 2010, com base na Lei Municipal.

### ZONA - 1

#### URM

Setor 1 - Barra do Guarita	6.157
Setor 2 - Barra do Guarita	3.212
Setor 3 - Barra do Guarita	2.474
Setor 4 - Capoeira Grande	2.400
Setor 5 - Jabuticaba	2.009

**CONSTRUÇÕES:** valores do m<sup>2</sup> (metro quadrado) para avaliação.

#### Descrição:

#### URM

Casa de Madeira	81
Casa Mista	85
Casa de Alvenaria	89
Área Comercial	93
Galpão	26
Telheiro	33
Apartamento	114
Outros	116

### ITIVBI ( Imóveis Rurais)

Os valores de avaliação dos imóveis rurais para cobrança do ITIVBI (Imposto de Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis), a serem aplicados a partir de janeiro de 2010, de acordo com a utilização do Imóvel, serão os seguintes (por hectares);

	<b>URM</b>
Terras de máquinas	4.950
Terras planas pedregosas	2.300
Chácaras	2.650

Terras alagadas	1.200
Terras dobradas – ladeiras	1.100

## ANEXO II

Planilha de taxa de expedição de Alvará de Licença de Exercício de Atividade:

	<b>URM</b>
Alvará Sanitário	15

**CLASSIFICAÇÃO:** com base na área ocupada, por ANO ou SEMESTRAL

<b>A. Área ocupada por ANO:</b>	<b>URM</b>
A-1 de 01 à 45 m <sup>2</sup> .	96
A-2 de 46 à 75 m <sup>2</sup>	129
A-3 de 76 à 100 m <sup>2</sup>	154
A-4 acima de 101 m <sup>2</sup>	181

**Prestação de Serviços** (Para prestadores de Serviços eventual ou transitório pagará 3% do valor declarado)

<b>B. Área ocupada de:</b>	<b>URM</b>
B-1 de 01 à 45 m <sup>2</sup>	96
B-2 de 46 à 75 m <sup>2</sup>	129
B-3 de 76 à 100 m <sup>2</sup>	154
B-4 acima de 101 m <sup>2</sup>	181

As taxas de Vistoria, serão lançadas para cobrança, por ocasião de sua realização, conforme periodicidade prevista na Lei Municipal Nº 043/97, com os seguintes valores:

<b>A. Área ocupada por ANO</b>	<b>URM</b>
A-1 de 01 à 45 m <sup>2</sup>	96
A-2 de 46 à 75 m <sup>2</sup>	129
A-3 de 76 à 100 m <sup>2</sup>	154
A-4 acima de 101 m <sup>2</sup>	181

<b>Área ocupada de:</b>	<b>URM</b>
B-1 de 01 à 45 m <sup>2</sup>	96
B-2 de 46 à 75 m <sup>2</sup>	129
B-3 de 76 à 100 m <sup>2</sup>	154
B-4 acima de 101 m <sup>2</sup>	181

## ANEXO III

### Pessoa Física (Trabalho Pessoal)

	URM
C.1 - Profissionais Liberais e os legalmente equiparados	65
C.2 - Demais Autônomos (exceto os enquadrados na letra B)	33

### Licença para Atividades Eventuais ou Transitória (Ambulantes).

#### Vendas efetuadas sem veículo( a pé)

	URM
D.1 - Comércio ambulante - por dia	10
D.2 - Comércio ambulante - por mês	60
D.3 - Comércio ambulante -por ano	240
D.4 - mesa de Snooker - por ano	30

#### Vendas efetuadas com motocicleta

	URM
D.1.1 - Comércio ambulante - por dia	14
D.2.1 - Comércio ambulante - por mês	84
D.3.1 - Comércio ambulante -por ano	340

#### Vendas efetuadas com veículos (carros de passeio e caminhonetes com capacidade de carga de 1800 kg)

	URM
D.1.2 - Comércio ambulante - por dia	18
D.2.2 - Comércio ambulante - por mês	120
D.3.2 - Comércio ambulante -por ano	500

#### Vendas efetuadas com veículos (caminhonetes com capacidade de carga superior a 1800 kg, caminhões e outros)

	URM
D.1.2 - Comércio ambulante - por dia	30
D.2.2 - Comércio ambulante - por mês	200
D.3.2 - Comércio ambulante -por ano	800

## ANEXO IV

Fica estabelecido para o exercício de 2010, a seguinte tabela de incidência de ISSQN, cuja arrecadação dar-se-á mensalmente.

## ISSQN

### 1 - Trabalho Pessoal (Autônomo).

URM

1.1 - Profissionais Liberais, médicos - por mês	16
1.2 - Advogados, dentistas, bioquímicos, farmacêuticos e outros com nível superior	16
1.3 - outros serviços profissionais de nível técnico	8,30
1.4 - Agenciamento, corretagem, representações, comissão	13

### 2 - Serviços de Táxi:

URM

2.1 - Por veículo- mensal	5
---------------------------	---

### 3 - Receita Bruta % sobre o valor do movimento bruto

3.1 - Serviços de diversões públicas - por dia	10%
3.2 - Serviços de transporte de natureza estritamente municipal - por mês	5%.
3.3 - Demais serviços e os constantes no código "1" (Trabalho Pessoal) quando prestados, por sociedade ou equivalente - por mês	2%.
3.4 - Retenção na fonte	5%.

## ANEXO V

### 1 - Taxa de Serviços:

URM

1.1 - Coleta do Lixo domiciliar - por ano	9,90
1.2 - Pela remoção de detritos de qualquer espécie, não compreendidos, propriamente como lixo domiciliar.	
- Até meia carga de caminhão caçamba	9,90
- Uma carga de caminhão do tipo caçamba e por viagem	19,65
1.3 - Os beneficiados pela remoção do lixo, por m <sup>2</sup> de área construída de unidade habitacional e comercial - por ano	1,50
1.4 - Conservação de logradouros, por metro de testada - por ano	0,50

### 2 - Taxas de Licenças e Serviços Diversos:

URM

2.1 - Taxa de expediente	3,75
2.2 - Taxa de protocolo	3,75
2.3 - Alteração cadastral	3,75
2.4 - Busca de documentos - por ano	3,75
2.5 - Certidão Negativa e outras	3,75



TRIBUNAL DE CONTAS	
SIC/SSM	
Fis.	001268
Rub.	φ

### 3 - Taxas de Licenças para construção:

#### CONSTRUÇÃO

3.1 - Prédio de alvenaria, por m <sup>2</sup>	URM
3.2 - Prédio de madeira, por m <sup>2</sup>	0,75
3.3 - Galpões ou telheiros em fundos de terrenos por m <sup>2</sup>	0,45
	0,15

#### DEMOLIÇÕES

3.4 - De prédios de alvenaria	URM
3.5 - De prédios de madeira	1,50
	0,75

## Rol de Consulta de Valor Venal

Cadastro: 256-0 ODILO ALCEU WAGNER

TRIBUTOS DE CONTAS	
SICM/SSM	
Fls.	001269
Rub.	

Ano	Terreno	Predio	Imovel	Fracao Ideal (M)	Fracao Ideal (%)
2005	2624,22	0	2624,22	0	0
2006	2686,5	0	2686,5	0	0
2007	2754,42	0	2754,42	0	0
2008	2789,1	0	2789,1	0	0
2009	5432,16	0	5432,16	0	0
2010	8201,76	0	8201,76	0	0



**Prefeitura Municipal de Barra do Guarita**  
Divisão de Finanças - Setor de Receita  
I.T.B.I. - Imposto Transmissão de Bens Imóveis

1 Número da Escritura

2 Guia de Arrecadação N.º

3 Nome do Contribuinte

4 Uso do Processamento

5 Endereço

6

TRANSMITENTE		CPF ou CGC		ZONA URBANA		VIA	
LOGRADOURO, NÚMERO E COMPL.				GUIA INFORMATIVA Nº			
				ALÍQUOTA			
				ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS			
TERRENO		MUNICÍPIO		QUADRA Nº			
SITUAÇÃO NA QUADRA		LOTE Nº		ÁREA (m²)			
ESQUINA		FRENTE		ÁREA TOTAL			
ENCRAVADO		FUNDOS		ÁREA TRANSMITIDA			
CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS E MELHORAMENTOS							
ESPÉCIE		CASA		APARTAMENTO		GARAGEM	
ÁREA TOTAL (m²)							
ÁREA TRANSMITIDA (m²)							
ANO DA CONSTRUÇÃO		19		19			
TABELIONATO				VALOR DO IMÓVEL		Sec. de Adm. e Finanças	
				ATRIBUÍDO PELO CONTRIBUINTE		ATRIBUÍDO PELA FAZENDA	
TERRENO							
CONSTR. E BENFEITORIAS							
TOTAL							
				FINA		BOA	
				NORMAL		NORMAL	
				SIMPLES		SIMPLES	
				POPULAR		POPULAR	
				MISTA		BOA	
						NORMAL	
						SIMPLES	
						POPULAR	

7 Observações

RECEBIMOS  
SICM/SSM  
001270  
R\$

PREF. MUNICIPAL  
BARRA DO GUARITA

8 Uso da Repartição

9 Agente Arrecadador

10 Quitação Mec.

11 Valor Imposto RS

RECEBIDO

1.a Via - Prefeitura Municipal -- 2.a Via - Tabelionato -- 3.a Via Registro de Imóveis -- 4.a Via Banco

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
SICOMSSM
Fls. 001271
Rub. <i>q</i>

## Rol de Consulta de Valor Venal

Cadastro: 76-0 JOAO SANTOS DA LUZ

Ano	Terreno	Predio	Imovel	Fracao Ideal (M)	Fracao Ideal (%)
2005	3368,63	4500,77	7869,4	0	0
2006	3448,6	4607,63	8056,23	0	0
2007	3535,7	4724,03	8259,73	0	0
2008	3580,3	4783,51	8363,81	0	0
2009	3636,9	4859,16	8496,06	0	0
2010	5492,7	7337,21	12829,91	0	0

**Nome do Contribuinte**

#### 4 Uso do Processamento

## 5 Enderago

Fls. 001272

Fls.	RUB.
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

## GUIA INFORMATIVA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

TRANSMITENTE		CPF ou CGC		ZONA URBANA		* VIA	
LOGRADOURO, NÚMERO E COMPL.				GUIA INFORMATIVA Nº			
				ALÍQUOTA		ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS	
TERRENO		MUNICÍPIO					
		LOTE Nº		QUADRA Nº			
SITUAÇÃO NA QUADRA		DIMENSÕES		ÁREA (m <sup>2</sup> )			
ESQUINA	INTERNO	FRENTE	m	LADO DIREITO	m	ÁREA TOTAL	
ENCRAVADO:	m	FUNDOS	m	LADO ESQUERDO	m	ÁREA TRANSMITIDA	
CONSTRUÇÕES, BENEFITÓRIAS E MELHORAMENTOS							
ESPÉCIE	CASA	APARTAMENTO	GARAGEM	ALVENARIA		BOA	BOA
ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )				NORMAL		NORMAL	NORMAL
ÁREA TRANSMITIDA (m <sup>2</sup> )				SIMPLES		SIMPLES	SIMPLES
ANO DA CONSTRUÇÃO	19	19	19	POPULAR		POPULAR	POPULAR
TABELIONATO		VALOR DO IMÓVEL		Sec. de Adm. e Finanças			
		ATRIBUÍDO PELO CONTRIBUINTE		ATRIBUÍDO PELA FAZENDA		/ / 19	
DUTRA		TERRENO					
SERVIÇO DOCUMENTAL		CONSTR. E BENEFITÓRIAS					
DD/R\$ 1248 - INSC. MUN. 1393		TOTAL					
FONE: 3551-1156							
CEL.: 9967-9651							

## 7 Observações

## 8 Uso da Repartição

**10 Quitação Méc.**

## Water Impacts

RS

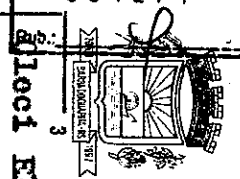
 $(170, \infty)$

TRIBUTOS DE CONTAS	
SICROSSM	
Fls.	001273
Rub.	φ

## Rol de Consulta de Valor Venal

Cadastro: 47-0 CLECI ELEODORO SCHNEIDER E JOSE ALCINO SCHNEIDER

Ano	Terreno	Predio	Imovel	Fracao Ideal (M)	Fracao Ideal (%)
2005	4373,71	5722,6	10096,31	0	0
2006	4477,5	5858,46	10335,96	0	0
2007	4590,7	6006,46	10597,16	0	0
2008	4648,5	6082,1	10730,6	0	0
2009	4722	6178,28	10900,28	0	0
2010	7131,2	10250,43	17381,63	0	0



**Prefeitura Municipal de Barra do Guarita**  
Divisão de Finanças - Setor de Receita  
I.T.B.I. - Imposto Transmissão de Bens Imóveis

Número da Escritura

2 Guia de Arrecadação N.º

4 Uso do Processamento

5 Endereço  
**Av. Tenente Portela, 55, Barra do Guarita/RS**

6

TRANSMITENTE		<b>Valdemar Colpant e esposa.</b>		CPF ou CGC	463.074.010-91		ZONA URBANA	* VIA	
LOGRADOURO, NÚMERO E COMPL.		<b>Lot urbano nº 13 da quadra nº 03, do 10.º lote.</b>						GUIA INFORMATIVA Nº	
MUNICÍPIO		<b>Barra do Guarita/RS</b>		QUADRA Nº		<b>03</b>		ALQUOTA	
SITUAÇÃO NA QUADRA		<b>TERRENO</b>		DIMENSÕES		<b>13</b>		ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS	
ESQUINA	INTERNO	FRENTE	LADO DIREITO	LADO ESQUERDO	ÁREA TOTAL	<b>10,00</b>		<b>1.000,00m²</b>	
ENCAMADO:	FUNDOS				ÁREA TRANSMITIDA	<b>8.000,00m²</b>			
CONSTRUÇÕES, BENEFETORIAS E MELHORAMENTOS									
ESPÉCIE	CASA	APARTAMENTO	GARAGEM	ALVENARIA	FINA	BOA	MADEIRA		
ÁREA TOTAL (m²)					NORMAL	NORMAL	NORMAL		
ÁREA TRANSMITIDA (m²)					SIMPLES	SIMPLES	SIMPLES		
ANO DA CONSTRUÇÃO	19	19	19	19	POPULAR	POPULAR	POPULAR		
TABELIONATO									
VALOR DO IMÓVEL									
TERRENO					R\$5.000,00		Sec. de Adm. e Finanças		
CONSTR. E BENEFETORIAS					R\$5.000,00		19		
TOTAL					R\$5.000,00				

7 Observações

Descrição Pública de Compra e Venda.

8 Uso da Repartição

9 Agente Arrecadador

10 Quitação Mec.

11 Valor Imposto

1.ª Via - Prefeitura Municipal - 2.ª Via - Tabelionato - 3.ª Via Registro de Imóveis - 4.ª Via - Banco

RECEBIDO

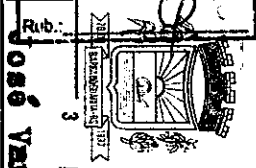
## Rol de Consulta de Valor Venal

Cadastro: 294-0 JOSE VANDERLEI SCHENATZ

TRIBUNAL DE CONTAS
SICOMSSM
Fls. 001275
Rub. 0

Ano	Terreno	Predio	Imovel	Fracao Ideal (M)	Fracao Ideal (R)
2005	4373,71	4727,52	9101,23	0	0
2006	4477,5	4839,76	9317,26	0	0
2007	4590,7	4962,03	9552,73	0	0
2008	8912,6	5024,51	13937,11	0	0
2009	9053,6	5103,97	14157,57	0	0
2010	13669,6	7884,03	21553,63	0	0





**Prefeitura Municipal de Barra do Guarita**  
Divisão de Finanças - Setor de Receita  
I.T.B.I. - Imposto Transmissão de Bens Imóveis

1 Número da Escritura

2 Guia de Arrecadação N.º

3 Nome do Contribuinte  
**José Vanderlei Schenato**

4 Uso do Processamento

5 Endereço  
**Rua Santa Maria - Barra do Guarita/RS**

TRANSMITENTE		<b>Ateides Ernesto Ribeiro e esposa.</b>		CPF ou CGC		<b>406.343.700-06</b>		ZONA URBANA		2 VIA	
LOGRADOURO, NÚMERO E COMPL.		<b>Lote urbano n. 09, da quadra 22, Barra do Guarita/RS</b>		MUNICÍPIO		<b>Barra do Guarita/RS</b>		QUADRA Nº		<b>22</b>	
SITUAÇÃO NA QUADRA		<b>TERRENO</b>		LOTE Nº		<b>09</b>		QUADRA Nº		<b>22</b>	
ESQUINA		<b>X</b>		INTERNO		<b>20,00</b>		LADO DIREITO		<b>1.000,00m2</b>	
ENCRAVADO:		<b>m</b>		FUNDOS		<b>m</b>		LADO ESQUERDO		<b>1.000,00m2</b>	
CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS E MELHORAMENTOS											
ESPÉCIE		CASA		APARTAMENTO		GARAGEM		ALVENARIA		FINA	
ÁREA TOTAL (m²)								NORMAL		NORMAL	
ÁREA TRANSMITIDA (m²)		<b>SEM BENFEITORIAS</b>						SIMPLIS		SIMPLIS	
ANO DA CONSTRUÇÃO		<b>19</b>		<b>19</b>		<b>19</b>		POPULAR		POPULAR	
TABELIONATO											
VALOR DO IMÓVEL											
TERRENO											
CONSTR. E BENFEITORIAS											
TOTAL											

Registro e Registro Civil Das Pessoas Naturais  
Esp. Williams Keiji Watanabe Carneiro  
Tabelião e Registrador  
Tel. (55) 3551-2279  
Rua Tenente Portela, 18 - Tenente Portela - RS


7 Observações

**Escritura Pública de Compra e Venda.**

8 Uso da Repartição

9 Agente Arrecadador  
**Valaide C. O. Brand**  
Tessoureira  
Port. Nº 092/94

11 Valor Imposto  
**RS**

TRIBUTOS E CONTAS
SICROSSM
Fls. 001277
Rub. 

## Rol de Consulta de Valor Venal

Cadastro: 363-0 LEONIR WALDRAFF KAMPHORST

Ano	Terreno	Predio	Imovel	Fracao Ideal (M)	Fracao Ideal (%)
2005	2624,22	0	2624,22	0	0
2006	2686,5	0	2686,5	0	0
2007	2754,42	0	2754,42	0	0
2008	2789,1	0	2789,1	0	0
2009	2833,2	0	2833,2	0	0
2010	4278,72	0	4278,72	0	0

GUIA INFORMATIVA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

TRANSMITENTE		CPF ou CGC		ZONA URBANA		VIA	
LOGADOURO NÚMERO E COMPL.				GUIA INFORMATIVA Nº			
				ALCOWTA			
		MUNICÍPIO		ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS			
TERRENO		LOTE Nº		QUADRA Nº			
SITUAÇÃO NA QUADRA		DIMENSÕES		ÁREA (m²)			
ESQUINA	INTERNO	FRENTE	LADO DIREITO	ÁREA TOTAL			
ENCHRAVADO:	FUNDOS	LADO ESQUERDO	ÁREA TRANSMITIDA				
CONSTRUÇÕES, BENEFETORIAS E MELHORAMENTOS							
ESPÉCIE	CASA	APARTAMENTO	GARAGEM	FINA	BOA		
ÁREA TOTAL (m²)				NORMAL			
ÁREA TRANSMITIDA (m²)				SIMPLES			
ANO DA CONSTRUÇÃO	19	19	19	POPULAR			
TABELIONATO				VALOR DO IMÓVEL			
				TERRENO	ALVENARIA	MISTA	MADEIRA
				CONSTR. E BENEFETORIAS	POPULAR		
				TOTAL			
				Sec. de Adm. e Finanças			
				César Tadeu Paier			
				PREFEITO MUNICIPAL			
				BARRA DO GUARITA - RS			

7 Observações

8 Uso da Repartição

9 Agente Arrecadador  
14 JAN. 2009

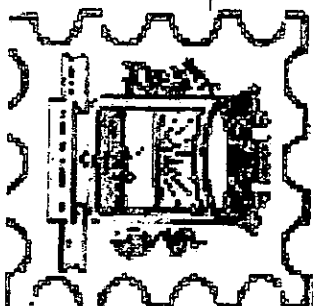
10 Quitação Mec.

11 Valor Imposto RS

1a Via - Prefeitura Municipal - 2a Via - Tabelionato - 3a Via Registro - 4a Via - Banco

PREF. MUNICIPAL  
BARRA DO GUARITA

RECEBIDO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA**

**SETOR DE TRIBUTAÇÃO**

Código: INSS

CONTRIBUINTE	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL R\$
DUANA TUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA Rua Uruguai - Barra do Guarita/RS	Ref. pgto de INSS, não retido no pagamento de empenhos, notas fiscais nº 142 e 143 .....	161,02
Recebi em 01 de 09 de 2010	1ª Via - Contribuinte 2ª Via - Caixa 3ª Via - Contabilidade	
<p><i>Zulaide G. O. Brand</i> Tresoureira</p> <p><i>Zulaide G. O. Brand</i> Tresoureira</p>		
	Total R\$	161,02

Port. Nº 092/94  
F. 569 539 170 - 91

Quitação



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS  
SECRETARIA DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS**

<b>1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO / TELEFONE</b> <b>DUANA TUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA</b> <b>RUA URUGUAI - BARRA DO GUARITA/RS.</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL BARRA DO GUARITA.</b> <b>NF. 142 E 143.</b>		<b>3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO</b>	2631
		<b>4 - COMPETÊNCIA</b>	05/2009
		<b>5 - IDENTIFICADOR</b>	07.290.410/0001-63
		<b>6 - VALOR INSS</b>	161,02
<b>2 - VENCIMENTO</b> (Uso exclusivo do INSS)		<b>7 -</b>	
		<b>8 -</b>	
		<b>9 - VALOR DE OUTRAS ENTIDADES</b>	
<b>ATENÇÃO:</b> É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pela SRP. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		<b>10 - ATM / MULTA E JUROS</b>	
		<b>11 - TOTAL</b>	161,02

2ª VIA CONTRIBUINTE

85800000001-1    61020270263-0    10729041000-6    01632009057-0

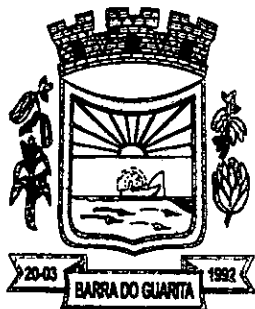
12 - AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA



21/05/2009 - BANCO DO BRASIL - 12:54:34  
087711139 0197

**COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA**

Convenio GPS - CODIGO DE BARRAS  
Codigo de Barras 85800000001-1 61020270263-0  
10729041000-6 01632009057-0  
Data do pagamento 21/05/2009  
Valor Total 161,02  
NR.AUTENTICACAO 9.84F.EF5.C6E.27A.D97

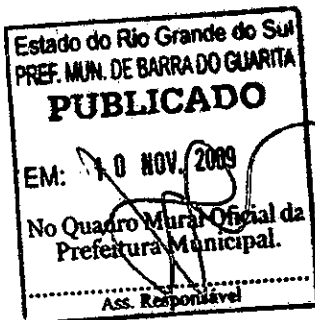


# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL de

# Barra do Guarita

Fls. 001281



**LEI MUNICIPAL Nº. 914/2009 de 10 de novembro de 2009.**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – CMT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CESAR TADEU PAIER** Prefeito  
do Rio Grande do Sul, no  
de Vereador

ipal de Barra do Guarita Estado  
, **FAZ SABER** que a Câmara  
te **LEI**:

**Art. 1º**  
Guarita (RS),  
compreendem:  
I – emis  
II – cola  
III – emi  
outras medidas q

8.1

ito do Município de Barra do  
o trânsito no município, que

trânsito;

locação de sinalizações ou  
luo.

**Art. 2º - O**

**Art. 3º - O**  
remuneradas, prest

**Art. 3º - O Conselho não terão suas atividades**  
gratuitamente em prol do bem da comunidade.

**Art. 4º - O Conselho de Trânsito será constituído por uma representatividade de entidades do Município que tenham atribuições de promover a segurança e o bem estar dos municípios.**

**Art. 5º - As entidades que possuírem representatividade dentro deste Conselho terão o seguinte número de membros participantes e serão as seguintes:**

- 1 (um) membro da Brigada Militar;
- 1 (um) membro da Delegacia de Polícia;
- 1 (um) membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR;
- 1 (um) membro da Câmara Municipal de Vereador;
- 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Administração;
- 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Obras;
- 2 (dois) membros do Poder Executivo Municipal;
- 1 (um) membro da Sociedade Civil.